



VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL - ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Rita de Cássia Santos Freitas¹
Cenira Duarte Braga²
Nívia Valença Barros³

Este trabalho objetiva refletir acerca da prática profissional do assistente social (e de outros sujeitos profissionais da área da saúde) ao lidar com a violência de gênero. A chegada de uma mulher ou de um homossexual vítima deste tipo de violência pode resultar, muitas vezes, num atendimento de desrespeito ainda maior a esse ser humano já violentado. Em nossa pesquisa tem chamado nossa atenção a invisibilidade que cerca esse fenômeno em nossa cidade (Niterói).

As reflexões aqui tecidas são resultados de nossa pesquisa que tem como campo de atuação o Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP), um hospital central na região. Talvez o primeiro dado que possamos destacar em nosso projeto seja a dificuldade de preenchimento de nosso questionário a partir dos prontuários encontrados no setor de arquivo. Nesse momento saltou aos nossos olhos a urgência de estabelecimento de um padrão único de registro. Percebemos que a ausência de dados sinaliza, na verdade, a falta de importância que é dada aos mesmos. O assistente social trabalha muito perto da chamada questão social. A importância de registrá-la também em números é algo que temos que aprender. Afinal, que população nós atendemos? Quais são seus/nossos problemas? A recusa em trabalhar com dados fez o assistente social perder muito tempo e espaço profissional. Afinal, a construção de indicadores sociais é condição crucial para o estabelecimento de propostas de políticas públicas.

Não encontramos nenhum dado que apontasse uma violência contra homossexuais e nem mesmo a violência doméstica contra mulheres (esta continuava se dando na invisibilidade do lar e não era detectada pela equipe de saúde). Não existia nenhum registro que comprovasse que algum homossexual deu entrada na emergência do HUAP. A falta de um dado (orientação sexual) em um prontuário pode gerar importantes omissões⁴. No caso de violência por agressões saber se a vítima era negra ou homossexual pode apontar para importantes questões sociais – que terminam por

¹ Universidade Federal Fluminense. Contato: ritacsfreitas@uol.com.br.

² Universidade Federal Fluminense. Contato: ritacsfreitas@uol.com.br.

³ Universidade Federal Fluminense. Contato: barros.nivia@gmail.com.

⁴ Mas é importante sinalizar que o item orientação sexual passou a ser, posteriormente, buscado no SOS Mulher, como uma resultante desse projeto, encontramos em alguns relatos esse item sendo destacado.



permanecer na invisibilidade. Essa palavra é a mais apropriada para falar da emergência desse hospital em relação a violência de gênero. É quase total a *invisibilidade*. Uma invisibilidade que só era quebrada na hora da busca pelo protocolo de atendimento para mulheres vítimas de violência sexual e que procuram o hospital em busca do tratamento contra DST/AIDS e uma gravidez indesejada, através do Programa SOS-Mulher (que atende mulheres vítimas de violência sexual).

Acabamos nos concentrando na violência contra mulheres – pois era o que os dados nos ofereciam. Em relação à essa violência, outro fator a destacar é a grande quantidade (nos casos em que esse item era preenchido) de casos onde o suposto perpetrador da violência era DESCONHECIDO. A categoria “desconhecidos” salta a nossa vista. É interessante refletir um pouco mais acerca desta categoria. Talvez valha a pena pensar, que desconhecido é esse? Uma análise mais qualitativa talvez nos faça mais próximos dessa questão. Considerando o grande número de mulheres que sofre agressão na volta do trabalho podemos imaginar que se trata, na maioria dos casos, do mesmo percurso – será que esse desconhecido não é um “conhecido” que nos habituamos a ver caminhar no mesmo trajeto dia após dia? Por outro lado, que vínculos se estabelecem entre profissionais e usuárias? Será que, para estas, afirmarem que desconhecem esse suposto perpetrador é mais fácil do que realizar uma denúncia? Será que construímos um elo com estas que nos possibilite a confiança delas? A palavra “desconhecidos” explica pouco dessa realidade.

Conhecendo os conceitos

Um conceito central em nosso estudo é o de gênero – que deve ser visto em sua dimensão analítica. Este deve ser entendido enquanto um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e também como uma forma primeira de significar as relações de poder. O conceito de gênero deve ser entendido, conforme Louro (1996), como uma construção histórica que supõe pluralidades. A idéia de pluralidade implica em admitir, não apenas que sociedades tenham diferentes concepções de homem e mulher, como também que no interior de uma mesma sociedade tais concepções possam ser diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade. Essa autora enfatiza, ainda, que é preciso também visualizar que esta construção envolve corpos sexuados e, conseqüentemente, possui também uma dimensão biológica, com atribuições de significados e valores diferentes, do que foi dado pelo sistema social à biologia. Assim, esta autora reconhece que:



Há então uma estreita e contínua imbricação do social e do biológico (...). Embora continuemos afirmando que a construção dos gêneros fundamentalmente é um processo social e histórico, temos de admitir que este processo sem dúvida envolve os corpos dos sujeitos. (LOURO, 1996: p.11).

Dessa maneira, chegamos a outro conceito fundamental em nosso estudo, a violência simbólica. Como afirma Pierre Bourdieu, “o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhes são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder”. (1999: 52). É de grande utilidade a noção de violência simbólica, elaborada por este autor para refletirmos acerca da violência de gênero. Esse conceito nos permite compreender a “submissão” que a priori surge como característica dessa violência. O seu fundamento reside nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, e o que mais a identifica é o fato dos dominados (e também os dominantes) não perceberem sua existência. Só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que a vítima da dominação simbólica tem com o dominante mediante uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar sobre si mesmos os pontos de vista dos dominantes; questão que transcende a esfera privada gerando ações efetivas no campo social e principalmente, no que concerne a ação governamental. Assim, a contribuição de Bourdieu nos ajuda a compreender que, através do trabalho educativo, as construções sociais se inscrevem no corpo e se tornam sistemas de disposições, daí a noção de “*habitus*” e da dominação masculina – também central em nossos estudos. Bourdieu não tem dúvidas em afirmar que esse processo propicia um espaço para a dominação masculina, entendida por ele como violência simbólica. Mas como ressalta, Rachel Soihet (1997), mesmo que as mulheres, na sua maioria, tenham se vergado a uma prática submissa, elas também nas suas possibilidades e limites históricos, também construíram recursos que lhes permitiram deslocar ou subverter a relação de dominação. Por isso, para esta autora (bem como para nós), a noção de *resistência* torna-se necessária nas abordagens sobre mulheres. Vale ressaltar que Bourdieu (1996) também visualiza a possibilidade de transformação nessas disposições, uma vez que acredita que a tomada de consciência é indispensável para desencadear o processo de transformação e assegurar seus resultados. Mas para isso, seria necessária, uma profunda transformação, no sentido de reeducação e reelaboração das condições de produção dessas disposições, ou seja, uma mudança de *habitus*.

Em nosso projeto, é importante esclarecer, buscamos sempre não visualizar a mulher somente como vítima da violência. Os papéis de vítimas e culpados não devem ser polarizados e nem absolutizados, evitando-se, assim, os estereótipos como atributos naturais do homem como agressor e das mulheres (bem como dos homossexuais de ambos os sexos) como vítimas e,



conseqüentemente, submetidas completamente ao poder e controle do seu agressor. Tal perspectiva impossibilita também, em nosso entender, perceber a mulher como um sujeito ativo na relação, bem como encobre as violências praticadas por muitas mulheres contra crianças e adolescentes (e possivelmente também impede compreender melhor a violência intergeracional). Entendemos que a violência é resultado de complexas relações afetivas e emocionais, não restritas ao âmbito da heterossexualidade e nem centrada no pólo masculino.

Passemos agora a discutir a violência de gênero. Antes, é importante algumas palavras sobre a violência de modo “mais geral”. A violência contra crianças, adolescentes e velhos, homens e mulheres, hetero ou homossexuais são formas de controle e poder construídos historicamente, reproduzidos, aprendidos e confirmados nas relações estabelecidas em nossa sociedade. O crescimento da desigualdade na sociedade brasileira, principalmente nas regiões metropolitanas, é um aspecto perverso que causa e contribui para as diversas formas de violações de direitos presentes em toda sociedade, mas não pode ser considerado o único vetor existente.

No cenário da sociedade brasileira, já na entrada da década de 80, a questão da violência vivenciada por inúmeras mulheres na relação afetiva/conjugal ou, nas relações de gênero, despontou entre os temas de maior relevância, aos olhos das militantes e estudiosas feministas e da sociedade civil em geral. Este tema avança à medida que foi tomando visibilidade, principalmente, através da grande divulgação registrada nos diversos canais de comunicação que se deu a partir de denúncias a estes casos. Segmentos significativos dos movimentos de mulheres passaram a exigir algum tipo de posicionamento no enfrentamento dessa problemática social.

Utilizamos em nosso projeto a definição de violência contra mulheres da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra Mulheres (Convenção de Belém do Pará, 1994): “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológica à mulher” (Artigo I). Definição também presente na Lei 11.340 de 07 de agosto de 2007 – “Lei Maria da Penha”. Em seu artigo 5, a lei amplia essa definição ao incluir que essas condutas ou ações podem ocorrer no âmbito público ou privado. Mas essa definição não dá conta da violência contra homossexuais que também buscávamos encontrar no HUAP. Por isso, nos aproximamos do conceito de gênero.

Uma cultura marcada pelo machismo e pela dominação masculina faz com que a violência de gênero seja uma constante atingindo homens e mulheres. Foi a partir dessas considerações que nosso projeto tomou forma. No amplo leque de dimensões que a violência encerra, destacamos a violência de gênero. Esta deve ser entendida como “ações violentas (contra homens ou mulheres)



praticadas por homens e mulheres que tenham origens em uma discriminação a partir dos papéis de gênero” – um tipo de violência que visa calar o diferente; aqueles que fogem aos padrões socialmente estabelecidos pelas relações de gênero na sociedade. Assim, como dizíamos em nosso projeto:

São alvos preferenciais dessas atitudes, as mulheres, principalmente se trabalharem, as prostitutas, os homossexuais femininos e masculinos por “traírem” em seus corpos, as concepções que fundamentam nossa identidade social. Convém sinalizar ainda, que esse tipo de violência não deve ser entendido enquanto violência doméstica, pois muitas vezes (principalmente no caso das prostitutas e dos homossexuais) ocorrem nas ruas, nos espaços públicos (FREITAS E BRAGA, 2008).

Agora vejamos um pouco dos dados encontrados,

Os dados

O baixo número de registros e notificações é um grave problema, como pudemos constatar em nosso cotidiano no HUAP. O Brasil integra o contingente de países que não mantêm estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência doméstica contra criança e adolescente, assim como em relação a estatísticas e notificações acerca da violência de gênero. A necessidade de documentar, de registrar os dados foi a grande lição que tiramos desses dois primeiros anos de pesquisa. A invisibilidade dos fenômenos não permite a criação de indicadores e de estratégias para sanar a questão. Essa sempre foi uma preocupação central em nossos estudos. Contribuindo com os objetivos da Lei Maria da Penha, entendemos que as estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher devem estar efetivamente “incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres” (Art. 38). Mas para isso, esses indicadores, esses dados precisam ser colhidos.

Acreditamos que a igualdade de gênero é, antes de tudo, um direito humano. Mulheres e homens – seja qual for sua orientação sexual – têm o direito de viver com dignidade e sem passar necessidades e medo.

Desde 2007, nossa pesquisa abarca também o estudo dos prontuários da CODIM (Coordenadoria dos Direitos da Mulher em Niterói), mas neste texto, nos atemos apenas à realidade do HUAP. É interessante perceber que a violência sexual continua a ser predominante no HUAP. É claro que o fato de ser o SOS Mulher um programa de atendimento à vítima de violência sexual, é normal a predominância desta, mas preocupa ver mesmo nesses casos o não registro da violência física ou psicológica, por exemplo.



Na estruturação do Observatório buscamos os seguintes dados: o tipo de violência perpetrada; os locais onde ocorre; e o perfil da vítima e do agressor. Por outro lado, nos interessa conhecer a rotina institucional, os procedimentos adotados e a continuidade que é dada aos atendimentos.

Entende-se que gênero, por ser um conceito relacional, deve abranger os estudos das masculinidades, bem como da homossexualidade. E em relação a violência de gênero contra homossexuais, muita coisa ainda resta a fazer. A invisibilidade que cerca esse fenômeno é alarmante e pôde ser por nós comprovada em relação ao HUAP – onde não se encontra nenhum dado de violência homofóbica –, mas também na CODIM.

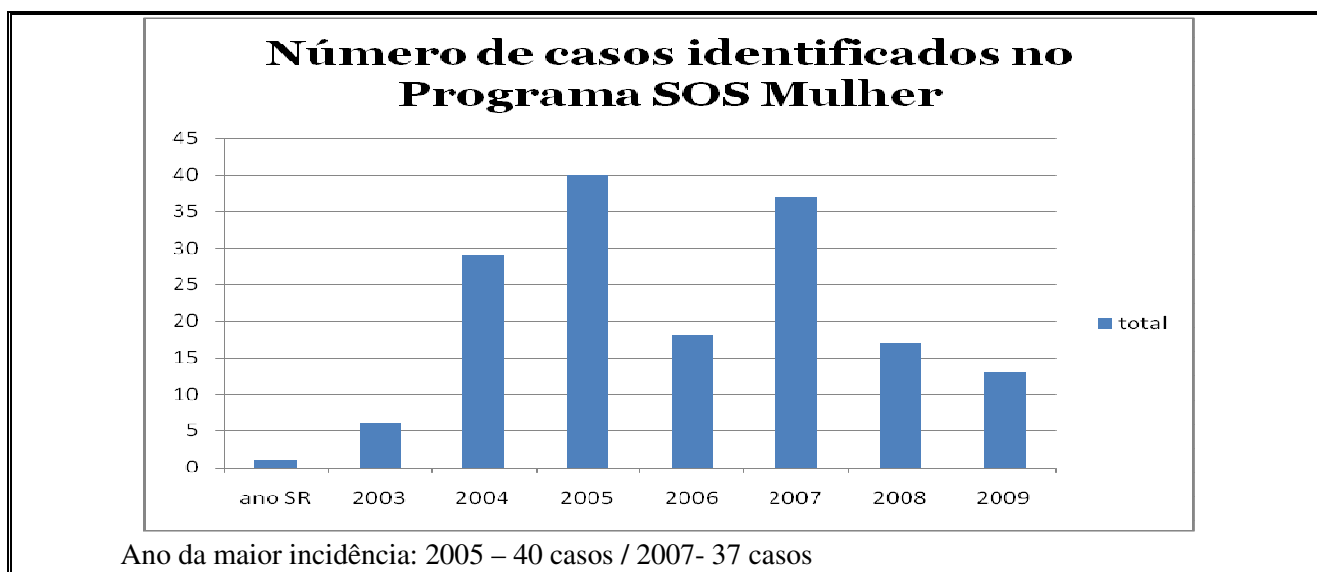


Gráfico 1 – casos atendidos no HUAP, Programa SOS Mulher

Percebe-se que há um aumento na procura do SOS Mulher (tendo alguns anos se sobressaído), totalizando 160 casos no período. O ano de 2007 como de aumento da demanda.

Em relação à idade das vítimas, estas continuam predominantemente na faixa dos 26 aos 35 anos de idade. Na violência contra mulheres fica clara a “domesticidade” que ainda cobre essa lamentável prática. O espaço da casa se destaca como o local de perpetração da violência. Mas continua grande, o numero de prontuários sem resposta:



Local da violência

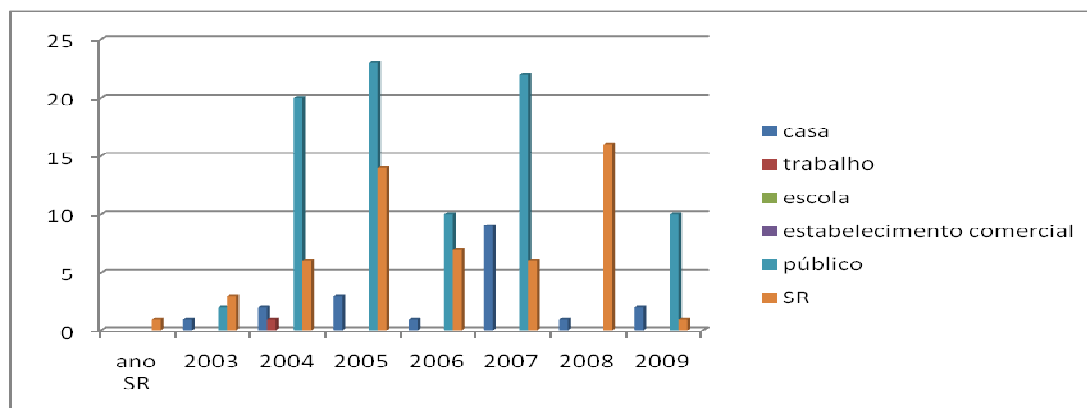


Gráfico 2 – Local da violência HUAP

Agora vejamos os dados em relação ao suposto perpetrador.

Suposto perpetrador da violência

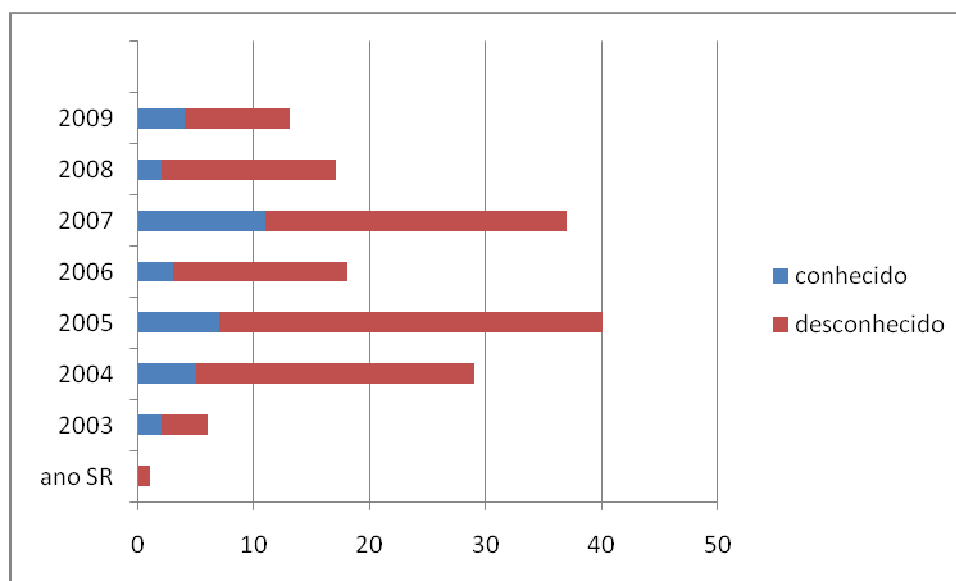


Gráfico 3 – Suposto perpetrador HUAP

Continua prevalecendo no HUAP a categoria desconhecidos – essa estranha abstração, existindo, ainda um grande número de prontuários sem resposta – infinitamente maior que a categoria conhecidos. As estatísticas mais gerais apontam o marido/companheiro como o primeiro lugar dos supostos perpetradores, seguido de longe por ex-marido/ex-companheiro e também um número razoável de fichas sem resposta. Por que no HUAP, que atende mulheres vítimas de



violência sexual isso não acontece? Por que num hospital universitário essa demanda não é ouvida, não é captada?

Considerações finais

Essas reflexões nos remetem ao fato que é necessário um trabalho junto aos profissionais para que a violência sofrida por essas mulheres não seja aumentada pela violência institucional. Saber acolhê-la, saber reconhecer os indícios da violência, torna-se uma dimensão crucial para a dia-a-dia profissional. A prática profissional prestada no atendimento de qualidade a população exige, no mínimo, que estes sujeitos não sofram novas vitimizações institucionalmente. Isto significa que os serviços devem ser prestados de maneira coordenada, para que haja atendimentos adequados e não se permita que os mesmos fiquem perambulando por diferentes setores/áreas até que sejam atendidos. A articulação à rede de proteção é fator de alta relevância para que, de fato, esta prática seja efetiva e de qualidade. As dificuldades de enfrentamento são muitas, mas a realidade exige novos parâmetros de ação. Profissionais de diversas áreas se deparam cotidianamente com esta dura realidade e, além de sofrerem o impacto que a situação de violência provoca, se defrontam com a precariedade de recursos de seu serviço para um melhor atendimento dessas questões.

Entendemos que a discussão de qualquer processo de humanização requer, a princípio a humanização junto aos próprios profissionais e a capacitação desses para o reconhecimento de determinadas questões que as vezes são tão naturalizadas no cotidiano corrido da instituição. É importante perceber que essas práticas educativas não só devem ser permanentes, mas também devem abranger um número grande de profissionais e entender que na área da saúde – mas não apenas nela – todos os profissionais devem estar envolvidos. A experiência das DEAM (Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher) comprova a importância de que as discussões de gênero devem abranger todos os profissionais: o atendente, o policial, escrivão, delegados, etc. O mesmo é verdade para a área da saúde. As vezes muitos usuários são barrados na porta, pelo vigilante que muitas vezes atua como o primeiro profissional a fazer a triagem de quem pode ou não entrar.

Os dados nos fazem ver a importância de projetos como esse e a necessidade de aproximação da academia com a realidade institucional. Nesses quase cinco anos de acompanhamento sistemático praticamente não encontramos registros de violência contra homossexuais e quase nada de violência doméstica (apenas a violência sexual pôde ser detectada -



em função principalmente de um programa específico para vítimas deste tipo de violência). No entanto, notificar a violência é lei!

Pretendemos voltar com mais afinco este ano a discutir com os profissionais os resultados encontrados. Um ponto positivo nesse processo foi a inclusão do item orientação sexual em alguns sumários sociais – despertar os profissionais para essa questão é um pontos altos de nosso projeto. Termo conseguido fazer com que o formulário do SOS Mulher fosse sensível ao nosso formulário atesta a seriedade de nosso trabalho e da parceria estabelecida. Discutir gênero e buscar construir uma nova forma de organização, de relação entre homens e mulheres é uma tarefa difícil, mas é uma tarefa urgente e deve ser começada no dia-a-dia.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Bourdieu – Sociologia*. (org.: R. Ortiz). 2^a ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

FREITAS, Rita de Cássia Santos e BRAGA, Cenira Duarte. “Niterói – Observatório de Violência de Gênero”. Projeto de Iniciação Científica apresentado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFF, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. “Nas redes do Conceito de Gênero”, *Gênero e Saúde* (org.: LOPES, M.T et.al), Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCOTT, Joan (1990). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 16 (2), jul./dez.

SOIHET, Rachel, “Violência Simbólica - Saberes Masculinos e Representações Femininas”,